



EPISTEMOLOGIA FENOMENOLÓGICO- PSICOLÓGICA: IDENTIDADE NARRATIVA E PSICOTERAPIA

Phenomenological-psychological epistemology: narrative identity and psychotherapy

JEFFERSON DA SILVA *

Epistemología fenomenológico-psicológica: identidad narrativa y psicoterapia

Resumo: O presente artigo visa a discutir os paradigmas do pensamento moderno na psicologia e a possibilidade de uma nova compreensão, perpassando os horizontes da hermenêutica filosófica de Paul Ricoeur. A partir do pensamento epistemológico de Thomas Khun, conceitua-se a noção de paradigma para estabelecer modelos estruturantes de teorias e práticas científicas. Baseando-se no movimento de um novo paradigma para a psicologia, indo para além das epistemologias lastreadas nas ciências naturais, vislumbra-se a identidade narrativa como base epistemológica, como um caminho na psicologia da perspectiva da psicoterapia. O pensamento moderno, com suas múltiplas contribuições para as ciências, pode se tornar uma visão de mundo obsoleta, diante da complexidade descortinada pelo pensamento novo paradigmático nos tempos contemporâneos. Nesta perspectiva, a psicologia é convidada a ampliar seus horizontes para outros caminhos, capazes de responderem aos desafios impostos pelas concepções de subjetividade vigentes. É nessa linha de raciocínio que a identidade narrativa pode ser uma possibilidade para abordagens psicoterapêuticas.

Palavras-chave: Modernidade; Identidade; Narrativa; Psicoterapia.

Abstract: The present article aims to discuss the paradigms of modern thought in psychology and the possibility of a new understanding, crossing the horizons of Paul Ricoeur's philosophical hermeneutics. From the epistemological thought of Thomas Khun, the notion of paradigm is conceptualized to establish structuring models of scientific theories and practices. Based on the movement of a new paradigm for psychology, going beyond epistemologies backed by natural sciences, the narrative identity is seen as an epistemological basis, a path in psychology from perspective of psychotherapy. The modern thinking, with its multiple contributions to the sciences, can become an obsolete worldview, in front of the complexity unveiled by the new paradigmatic thinking in contemporary times. In this perspective, psychology is invited to broaden its horizons towards new paths, capable of responding to the challenges imposed by the current conceptions of subjectivity. It is in this line of reasoning that the issue of narrative identity can be a possibility for different psychotherapeutic approaches.

Keywords: Modernity; Narrative; Identity; Psychotherapy.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir los paradigmas del pensamiento moderno en la psicología y la posibilidad de una nueva comprensión, atravesando los horizontes de la hermenéutica filosófica de Paul Ricoeur. A partir del pensamiento epistemológico de Thomas Khun, se conceptualiza la noción de paradigma para establecer modelos estructurantes de teorías y prácticas científicas. Partiendo del movimiento de un nuevo paradigma para la psicología, más allá de las epistemologías basadas en las ciencias naturales, la identidad narrativa se ve como una base epistemológica, como un camino en la psicología de la perspectiva de la psicoterapia. El pensamiento moderno, con sus múltiples aportes a la ciencia, puede convertirse en una cosmovisión obsoleta, dada la complejidad desvelada por el nuevo pensamiento paradigmático en la época contemporánea. En esta perspectiva, la psicología es invitada a ampliar sus horizontes hacia otros caminos, capaces de responder a los desafíos impuestos por las concepciones de subjetividad vigente. Es en esta línea de raciocinio que la identidad narrativa puede ser una posibilidad para los enfoques psicoterapéuticos.

Palabras claves: Modernidad; Identidad; Narrativa; Psicoterapia.

* Pós-Doutor no PPG-Psicologia Clínica pelo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Docente do Centro Universitário São Camilo; Email: je.filos@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2671-4621>



Introdução

A existência é cercada dos mais diversos fenômenos naturais e culturais. Eles podem ser acompanhados em todos os campos do saber. Estes saberes estão sempre em busca de explicá-los e compreendê-los. É assim que vem se desenvolvendo a interdisciplinaridade epistemológica já há algum tempo.

É possível afirmar que as bases das ciências, sua *weltanschauungen*, colabora para compreender a unidade cultural de uma determinada época. Nesse sentido, as ciências se desenvolvem, em fases sucessivas, através dos chamados paradigmas. Estes se formam partindo de bases epistemológicas, que servem de motores para as ciências, sejam as ciências da natureza ou as ciências humanas.

É voltando os olhos para as bases epistemológicas presentes na psicologia que o presente artigo visa a discutir a questão da identidade narrativa em Paul Ricoeur, como uma possibilidade de fundamentação para as interpretações psicológicas. Sabe-se que o psicoterapeuta realiza o trabalho de escuta dos relatos de seu analisando. É destacando a relação entre o ato de narrar e a escuta que se pretende refletir sobre as bases epistemológicas do pensamento moderno presentes na psicologia. Neste sentido, a abordagem narrativa da perspectiva hermenêutico-filosófica de Paul Ricoeur, conceituada por meio do processo de mediação, pode ampliar a compreensão das bases da psicologia.

Para tal investigação, primeiramente, será posto o problema dos paradigmas e, ainda, suscitada a questão das bases epistemológicas do pensamento moderno presentes na psicologia. No segundo momento, serão discutidas as bases epistemológicas da psicologia da evidência e a possibilidade de encontrar novos caminhos pelo horizonte da compreensão. Por fim, pretende-se, pela via reflexiva, discutir um caminho de compreensão para psicoterapia, tendo como base a questão da identidade narrativa.

Uma Fase de Transição: Entre as Ciências Naturais e um Novo Paradigma

Para Thomas Kuhn, em seu livro, *A estrutura das revoluções científicas*, as ciências se desenvolvem através de fases sucessivas denominadas de paradigmas. Estas são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1975, p. 13). Os paradigmas são um conjunto de realizações de pesquisas científicas, reconhecidas pela comunidade científica. Segundo Vasconcellos (2002), são conjuntos de regras e regulamentos que, além de estabelecerem limites para o comportamento, também se propõem a dar soluções para as situações-problema.

Em cada período histórico, através de fases sucessivas, vão acontecendo revoluções científicas, mudanças paradigmáticas, que transformam a visão da sociedade, em vários setores e em várias disciplinas.

Na história da psicologia, isso não parece diferente, pois sempre houve uma tentativa de aproximação do seu modo de saber, sua epistemologia e pesquisas qualitativas com os métodos presentes nas ciências da natureza (Neubern, 2001, p. 243). A psicologia, volta e meia, buscou validação e legitimação para sua efetivação, tentando adaptar-se ao modo de compreender das ciências da natureza.

Boaventura de Souza Santos (2006), no seu livro *Discurso sobre as Ciências*, afirma estar perplexo com a perda da confiança na epistemologia. Parece estar havendo uma transição de um paradigma dominante para um novo paradigma, uma nova forma de compreender as ciências. Diz ele, “estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica; instalou-se em nós uma sensação de perda irreparável tanto mais estranha quanto não sabemos ao certo o que estamos em vias de perder” (Santos, 2006, p. 17). Para ele, fazendo referência ao século XXI, são experienciadas potencialidades traduzidas em tecnologia, reflexões cada vez mais aprofundadas e especializadas no rigor científico e, ao mesmo tempo, o risco de catástrofe ecológica e nuclear que causa temor. Afirma, baseando-se na teoria sinérgica de Herman Haken, que se vive num sistema visual instável que provoca rupturas na percepção (Santos, 2006, p. 15).

Nota-se que, por um lado, vive-se em tempos de grandes transformações e expansões, mas, ao mesmo tempo, há uma tentativa de manter um certo modelo de ciência ou um paradigma dominante. Boaventura afirma que o modelo científico fechou as portas para muitos outros saberes sobre o mundo, pois o conhecimento científico moderno reduziu o suposto diálogo experimental ao exercício de uma preponderância sobre a natureza. O conhecimento científico, fundado na matemática, é um rigor que quantifica, mas, ao quantificar, acaba por desqualificar os outros fenômenos (Santos, 2006).

É neste sentido que a “psicologia, como boa parte das ciências sociais, nasce em meio a um considerável



conflito, como se buscasse transpor as distâncias do abismo criado pelo paradigma dominante” (Neubern, 2001, p. 243). Uma tentativa de transpor a psicologia, ciência humana, para o paradigma das ciências naturais. Ou, uma tentativa constante de tentar encontrar legitimidade, não segundo os próprios pressupostos, mas partindo dos pressupostos das leis da natureza. Seria como tentar aplicar, ao comportamento humano e na sua subjetividade, o modelo de estudos da natureza ou das ciências naturais. É possível questionar quais os pressupostos epistemológicos da psicologia que se julgam evidentes? Para responder a este questionamento, talvez, seja necessário lembrar o grito de liberdade dado por alguns filósofos iluministas.

A Liberdade Interpretativa: Um Esforço Epistêmico Ainda Necessário

Segundo Farhad Dalal (2018), no livro *CBT: The Cognitive Behavioural Tsunami*, no final da Idade Média, houve um grito de liberdade por vários revolucionários, que desafiavam o despotismo do Corte e da Igreja. Ele diz que a filosofia, com vários de seus representantes tais como, Locke, Hume, Descartes e Kant, foram pioneiros desta revolução, a qual contribuiu para transformar o mundo através da era chamada Iluminismo.

É precisamente aí, salienta Dalal (2018), que houve uma distorção nos ideais iluministas, pois várias disciplinas, como das ciências humanas, passaram a buscar evidências, baseando-se nos modelos da natureza. Para ele, o que ocorreu foi justamente o contrário: as ciências humanas buscavam o conhecimento para ganhar a autonomia, mas, ao submeterem sua busca às leis mecanicistas próprias das ciências naturais, as questões do ser humano passaram a ser vistas partindo das leis da natureza. Aqui se abre a possibilidade de resgatar duas historicidades que vão se entrecruzar, a epistemológica, enquanto base filosófica, e a psicológica, enquanto ciência, ambos tendo na natureza o seu referencial inicial. Na perspectiva epistemológica, a natureza começou a ser desvendada empiricamente ainda em tempos medievais, com a figura de Roger Bacon, no século XII, sendo que as colocações desse teólogo-filósofo se expandiram, chegando à chamada medievalidade tardia com o nominalismo de Guilherme de Ockham, até que a modernidade com o empirismo naturalista, no século XVII, de Francis Bacon, Thomas Hobbes, George Berkeley e David Hume afirmaram essa base sensível para o conhecimento. Não tardaria para a racionalidade iluminista fenomênica, de matriz kantiana, também sustentá-la no século XVIII e, no século seguinte, o positivismo de Augusto Comte determina que ciência é observação e ação baseada em fatos naturais, fora dos quais só resta metafísica e teologia. Por sua vez, a psicologia, na busca de sua afirmação histórica enquanto ciência humana e social, não se distanciaria em seus primórdios dessa base naturalista. Foi assim que Wilhelm M. Wundt, no século XIV, adotando os métodos das ciências naturais, mais especificamente, os conhecimentos de fisiologia, deu os passos iniciais para assegurar o rigor científico da psicologia com base naquilo que o fenômeno natural ensina. Entre as guerras mundiais e com os avanços econômicos, científicos e tecnológicos norte-americanos, a psicologia comportamentalista, estruturada no naturalismo, ganhou projeção nos meios acadêmicos, nos consultórios e na sociedade em geral. Pavlov, fisiologista russo, Watson e Skinner desenvolveram suas teorias comportamentalistas. “A psicologia como o behaviorista a vê é um ramo experimental puramente objetivo das ciências naturais. Seu objetivo teórico é a previsão e o controle do comportamento.” (Watson, 2008, p. 1). Watson e posteriormente Skinner ajudaram a fixar teses do behaviorismo. O primeiro fixou sua tese central no comportamento orgânico, por estímulos e respostas excluindo os acontecimentos privados porque não era possível um acordo público de sua vaidade. Diz ele: “A introspecção não constitui parte essencial de seus métodos, nem o valor científico de seus dados depende da facilidade com que eles podem ser interpretados em termos de consciência.” (Watson, 2008, p. 1). O segundo marcou sua posição teórica pelo reforço positivo ou negativo aos comportamentos naturais do organismo, não negando a possibilidade de auto-observação e suspeitando daquilo é sentido ou observado (Skinner, 2006). Nota-se que ambos para afirmam que a psicologia enquanto ciência partem do que é evidente.

Neste sentido que Dalal (2018), afirma ter havido uma hiper-racionalidade em relação ao ser humano e seu comportamento. Um paralelismo entre o método das ciências naturais e a busca de evidências no comportamento humano, a tentativa de universalizar o método das ciências naturais como único conhecimento aceitável para as ciências. “Se algo não pode ser contado, se não pode ser medido, então não existe; não é real.” (Dalal, 2018, p. 3). Isso significa que apenas as evidências baseadas em cálculos matemáticos possuem validade. Tudo fora do calculado ou quantificado passa a ser considerado uma pseudociência.

Diz Santos (2006), o conhecimento baseado em leis pressupõe a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. O mundo é uma máquina passível de ser determinado pelas leis da física e da matemática. Assim, “O determinismo mecanicista é o horizonte certo (...) reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar” (Santos, 2006, p. 31).

O filósofo Kant, no seu livro *Crítica da Razão Pura*, aceita o mecanicismo de Newton. Para ele, na terceira antinomia da razão pura, afirma que “não há liberdade, e tudo no mundo acontece segundo leis da natureza” (Kant, 2012, p. 377). Ele está discutindo que há um princípio de causalidade nas leis da natureza, mas, ao mesmo tempo, este princípio não pode ser aplicado em relação à liberdade humana, pois esta última segue as



leis da razão, embora não desconsidere a lei natural. Para Kant, assim como para os pensadores modernos, o universo funciona de maneira mecânica pelas relações de efeito e causa. São destas relações de efeito e causa, como afirma Dalal (2018), que nasce a previsibilidade apregoada nas ciências e aplicada nas psicologias baseadas em evidência.

É interessante refletir que, embora a ciência moderna tenha alcançado grandes avanços em relação ao funcionamento do universo e no desenvolvimento de métodos, aplicar diretamente a mesma forma de entendimento ou o mesmo método natural ao comportamento humano e à sua subjetividade é desconsiderar a intencionalidade de cada sujeito e a sua referência. “O que caracteriza com efeito a psicologia empirista, não é de início sua preferência pelo conhecimento externo, mas sua redução dos *atos* [...] a *fatos*” (Ricoeur, 2009, p. 27). Para Ricoeur (2009), a psicologia, que se baseia na objetividade de fatos da natureza, ligada às leis de tipo indutivo, acaba reduzindo atos da consciência a fatos, significando que termina desconsiderando a intencionalidade e a referência ao eu e a sua vivência. O indivíduo, na sua subjetividade, vai muito além dos fatos, pois é cumulado de experiência de sujeitos múltiplos, perpassando sempre pelo outro; logo, o conhecimento de si é atravessado por relações intersubjetivas. É nesse sentido que a psicologia difere das ciências naturais, pois não se limita aos aspectos físicos ou psicofísicos do indivíduo ou aos fatos. Seu trabalho está relacionado com a subjetividade, entendida como “um conceito complexo do psíquico que abranja suas múltiplas dimensões sem lhe impor mutilações ou reduções, de modo a possibilitar um estudo científico do sujeito.” (Neubern, 2001, p. 241).

A subjetividade vai além das leis mecânicas, pois, em se tratando do ser humano, este possui uma história, uma rede de relações e as mais variadas formas de se relacionar com os fenômenos e consigo mesmo. A subjetividade é formada por cumulação de experiência privada de sujeitos múltiplos (Ricoeur, 2009).

Isso não significa desconsiderar todos os testes e avaliações desenvolvidos nas ciências humanas ou nas avaliações psicológicas, mas são apenas um elemento colaborador, e não o único para ajudar no tratamento terapêutico. Com estreitamento de visão, a “psicologia aplicada privilegiou instrumentos expeditos e facilmente manuseáveis, como sejam os testes, que reduziram a riqueza da personalidade às exigências funcionais de instituições unidimensionais” (Santos, 2006, p. 75). Pode-se afirmar que os testes em si mesmos não são um problema, mas sim as reduções ou a sua universalização, desconsiderando a subjetividade e variantes de cada indivíduo.

Dalal (2018) afirma que a Terapia Comportamental Cognitiva apregoa para si uma mistura entre observação, evidência empírica, e argumento lógico. Por isso, seus métodos são racionais, objetivos e possuem valor que pode ser entendido como neutro, ou que analisam o comportamento humano em si mesmo. Em suma, é uma adoração que pressupõe ser certa e segura. Consequentemente, “qualquer um que a questione está vinculado a ser irracional.” (Dalal, 2018, p. 4).

Afirma Furlan (2008), é preciso se libertar da questão do método como processo independente do objeto de pesquisa e deve considerá-lo como um caminho provisório para responder a determinado problema e ainda despertar outras questões na pesquisa. Daí que não são os métodos um problema, mas o lugar em que o psicoterapeuta os coloca na tentativa de compreender o analisando. Desse modo, pode-se entender que o “método são procedimentos que consideramos adequados para responder à nossa questão; não é um *a priori* da pesquisa” (Furlan, 2008, p. 25).

A questão entre os métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa na psicologia é uma parte das questões imanentes ao próprio objeto de estudo, ou seja, está relacionada com determinado recorte (Furlan, 2008). Por isso, segundo o autor, não faz sentido instituir ou recusar aprioristicamente seja a quantificação ou a qualificação na psicologia.

Neste aspecto, é até possível concordar com ele, mas a questão não é somente de método ou não, mas sim sobre as bases epistemológicas da psicologia que buscam se justificar, tendo como base as ciências naturais. São as bases epistemológicas de um pesquisador ou de um psicoterapeuta que norteiam sua pesquisa ou sua maneira de abordar o cliente.

É neste sentido que se torna imprescindível pensar em um processo de subjetivação, que vai além de formas normativas, prescritivas e previsíveis. É necessário pensar em um horizonte qualitativo, perpassado por múltiplas fases, capaz de abrir espaço a novos sentidos. É no aprofundamento das bases epistemológicas que se torna possível rever o fazer psicológico. A prática psicoterapêutica ganha sempre mais confiabilidade no se propõe como tratamento quanto mais ela se apresenta para o psicólogo e para o cliente alinhada com o seu referencial epistemológico. Isso significa refletir as bases e os métodos epistemológicos que vão dar sustentação a compreensão para um indivíduo ou uma sociedade que busca ir para além dos fatos, pois é capaz de falar, agir e narrar. É alguém que se comunica, age no mundo e é capaz de narrar sua história de vida (Ricoeur, 2014). Nesta direção, a psicologia é convidada a revestir-se do referencial da complexidade, ultrapassando a normatividade e se abrindo para diálogos possíveis com outras teorias, tal como, a identidade narrativa sob a perspectiva fenomenológica.

Talvez, aqui, seja necessário para a psicologia, ao invés de tentar se justificar ou ganhar legitimidade, baseando-se nos pressupostos epistemológicos das ciências naturais, aproximar-se do horizonte da compreensão. O “horizonte da compreensibilidade daquilo que se chega deve ser buscado no contexto daquela história que está ali, pois é aquela história que constitui aquela existência particular” (Sapienza, 2015, p. 42). O



horizonte da compreensão da subjetividade vai muito além das técnicas, pois se constitui em histórias de vidas com suas ressignificações.

A psicologia, com base no método fenomenológico, é convidada a apreender o fenômeno psíquico do cliente naquilo que ele vivencia, o que vai para além dos dados imediatos ou dos fatos (Jaspers, 1987). Por isso, o psicoterapeuta, no seu fazer clínico, tendo por base a epistemologia fenomenológico-hermenêutica, é convidado a apreender o essencial, o compreensível entre a vivência experimentada ou vivenciada, o psíquico intencional. Baseando na fenomenologia de Husserl (2010), o psicoterapeuta é convidado pela epoché, suspensão dos juízos, apreender os objetos em carne e osso ou como esses se dão em si mesmos (Husserl, 2006). Como afirma Heidegger (2015) “o que se mostra em si mesmo.” (p. 67). Quer-se dizer que, na compreensão filosófica de Husserl, aí se tem uma redução fenomenológica, ou seja, uma descrição do fenômeno. É partindo dessa possibilidade de descrever o fenômeno que se abre o horizonte para além dos fatos biológicos, pois perpassam pelas histórias narradas, vividas e experimentadas. Aqui é possível aproximar a proposta narrativa de Paul Ricoeur, pois assim diz ele: “gostaríamos de aplicar à relação entre narrativa e vida a máxima de Sócrates segundo a qual uma vida não examinada não é digna de ser vivida.” (2010a, p. 197). Embora a narrativa e a vida sejam distintas, narrar a própria história de vida ou de outrem possibilita a ressignificação de si mesmo.

Partindo desta perspectiva, o psicoterapeuta, no seu fazer clínico, não deve somente manejar os testes, medir comportamentos e fazer avaliações, mas deve saber lidar com a história vivida e narrada de cada indivíduo. Para Ricoeur (2010b), um indivíduo vai para além do falar e do agir, mas é também capaz de narrar não envolvendo só sua história, mas também o aspecto da mutabilidade, o que significa o envolvimento com outros personagens enredados com sua história de vida.

É pela possibilidade de narrar que um indivíduo pode se conhecer e reconhecer. Narrando a própria história de vida que um indivíduo se torna capaz de traduzir sua singularidade e também se perceber enredado com outras histórias de vida que, constantemente, o interrogam e possibilitam transformações e novas configurações.

Em um horizonte marcado por várias transformações e novos paradigmas, a psicologia é desafiada a se abrir, para além de suas perspectivas canônicas, por estudos que evidenciam múltiplas rotas e significados de experiência como a questão da narrativa (Kublikowski e Macedo, 2019).

A Epistemologia da Identidade Narrativa: Possibilidade de Aplicação Psicoterapêutica

A questão da identidade narrativa em Paul Ricoeur (1978) é uma possibilidade de ampliar o horizonte da psicologia para além dos seus cânones. Para o filósofo, um indivíduo não se conhece imediatamente e com previsibilidade, mas vai se construindo com os outros perpassando as obras da cultura. O que significa dizer que um indivíduo só pode se conhecer não voltado para si mesmo ou em atitude ingênua, mas pelo esforço por existir e desejo de ser no espelho de seus objetos e de suas obras.

O indivíduo/sujeito, que emerge desta perspectiva, é coautor de sua biografia, pois, ao mesmo tempo em que tem certa autonomia nas escolhas a ele concernentes, é produzido por outros atores sociais, individuais e coletivos, e pela sociedade, enquanto um contexto histórico, determinado e determinante. Existindo em sua própria organização, articulada à organização do contexto, nesta miríade de flechas causais que convergem para ele, apesar de seu controle limitado das coisas, esse indivíduo/sujeito dispõe de uma capacidade de arbítrio que lhe é própria (Kublikowski, 2004). Dessa maneira, parece ser reducionismo pensar em controle do comportamento humano, como a série causal dos fenômenos da natureza ou dos fatos.

Por isso, pode-se afirmar que o indivíduo só pode se conhecer melhor não voltado para a imediaticidade da própria consciência ou dos seus atos, mas pela mediação, pelo esforço e desejo de abertura por entre as obras da cultura. É no esforço por existir e no desejo de ser que um indivíduo pode ir sendo e interpretando as obras que se encontram na cultura (Ricoeur, 1978). Ele pode ir construindo sua identidade pessoal, não se fechando em si mesmo, ou somente no seu modo de ver e analisar os acontecimentos, mas seguindo para além de si mesmo, perpassado por relações intersubjetivas.

Para Paul Ricoeur, a construção de uma identidade pessoal passa pela identidade narrativa, ou seja, requer a “análise” da história de vida, os acontecimentos, os fatos, bem como os hábitos adquiridos e as diversas mudanças pelas quais passou e passa na relação com os outros e com o mundo. É uma relação constante entre a identidade *ipse* (mesmo) e identidade *idem* (igualdade) uma dialética entre individualidade e identidade perpassada pelas instituições ou obras da cultura (Ricoeur, 2014). Para o filósofo, há uma transformação do si mesmo através dos outros. O “si é fruto de uma vida examinada, [...] uma vida depurada” (Ricoeur, 2010c, p. 419). O si vai para além do seu pensar e se constitui perpassando pela história de uma vida. Pode-se dizer que o si não é um dado pronto e acabado, imediato, mas que vai se construindo ao longo de sua história sem, no entanto, deixar de ser ele mesmo. O si na relação entre *mesmidade* e *ipseidade*, vai-se transformando na medida em que faz a manutenção de seu caráter ao longo da vida, ou seja, embora o si possua seu caráter ou as marcas distintas que permitem identificá-lo como o mesmo ao longo do tempo, essas marcas também sofrem transformações à medida que se abrem para novos valores, normas, ideias, modelos e heróis aos quais se identifica e nos quais se reconhece. Afirma Ricoeur: “o reconhecer-se *no* contribui para reconhecer-se *com*... A identifi-



cação com figuras heróicas manifesta claramente essa alteridade assumida” (Ricoeur, 1990, p. 147). Portanto, o narrar seja de forma direta, dialogal ou em forma de texto, possibilita o si mesmo rever sua história de vida e ressignificar sua história pessoal.

Nesta direção, a filosofia proposta pelo filósofo francês, fenomenológico-hermenêutica, pode contribuir para ampliar o horizonte da psicologia, sua base epistemológica, e, conseqüentemente, o horizonte do tratamento psicoterapêutico. O filósofo com sua base fenomenológica vai além de teorias dogmáticas, ao contrário, procura aproximar pela crítica de teorias antagônicas. Paul Ricoeur traz em “si uma abertura e uma generosidade no pensar que vão em direção oposta a um certo narcisismo jubilatório e esotérico, característico de muitas modas filosóficas (e outras) contemporâneas” (Gagnebin, 2006, p. 164).

Aqui é importante destacar que a psicologia é a ciência que procura compreender o comportamento humano e seus processos mentais como um ser-no-mundo, ou seja, compreender as pessoas como um ser lançado no mundo, com suas histórias, limitações, alegrias e tristezas. Essa compreensão não é neutra, pois se baseia em teorias desenvolvidas e criticadas ao longo da história. Na psicologia, há um binômio constante entre teoria e prática. Nesta direção, o seu fazer clínico ou a psicoterapia busca ajudar ou caminhar com seu cliente como um ser-no-mundo. O psicoterapeuta ajuda seu cliente a compreender o seu colocar no mundo com todas suas limitações e possibilidades. O caminho vivenciado pelo psicoterapeuta junto ao seu cliente não é realizado na completa ausência de pressuposição, pois este se formou, especializou, ou seja, possui bases teóricas que merecem atenção e constante revisão para sua prática ou atividade profissional.

É nessa direção que a teoria sobre a narrativa do filósofo Paul Ricoeur, seu modo de compreender o narrar seja dialogal ou escrito, é um caminho de ressignificação de vida para aquele que narra ou aquele que acompanha a narrativa. Pelo processo narrativo, o narrar, aquilo que parecia confuso e desordenado tornar-se mais ordenado e passível de ser ressignificado.

A narrativa permite ao indivíduo reconstruir sua história na medida que vai sendo relatada. É a possibilidade de transformar fatores sem sentido e heterogêneos em uma composição com mais sentido, capaz de ajudar o cliente a rever seu modo de se colocar no mundo. Não partindo de pressupostos morais, bom ou mal, certo ou errado, mas pela sua própria história vivenciada e narrada.

Dizem Pereira e Caldas (2017) que a importância da narrativa está em fazer conexões ao se contar histórias, abrindo àquele que relata sua experiência de mundo. É nessa experiência que o indivíduo vai se conhecendo e descobrindo novas possibilidades e ressignificações para seu caminhar. A narrativa traz para o indivíduo, o analisando, possibilidades de reconexão consigo mesmo e com os outros ao seu redor, não o reduzindo em uma cadeia causal ou somente em comportamentos previsíveis. Ela possibilita o redimensionamento no sentido clínico de linguagem, por envolver situações em que os episódios narrados são reconstruídos, à medida em que são trazidos à tona, ganhando e criando significados para aquele narra.

Para Paul Ricoeur (2010a), é importante salientar que narrar histórias e viver a vida são duas coisas distintas, mas passíveis de aproximação, pois as narrativas dizem das ações dos homens, ou seja, quando se relata uma história também se diz em forma de composição das suas experiências vividas, suas ações. É nesse sentido que a narrativa aparece como mediadora entre as experiências vividas no cotidiano e as possibilidades de ressignificação, conforme se narra a própria história. Ela possibilita ver a própria existência como uma obra aberta, passível de várias reviravoltas e transformações.

Nota-se que a filosofia ricoeuriana, epistemologicamente, ajuda a aprofundar nas questões de base da psicologia. O filósofo seguindo a tradição hermenêutica de Schleiermacher a Gadamer, ele ajuda repensar a relação do sujeito como ser de linguagem situado do mundo capaz de pertencer e de se distanciar pelo processo da interpretação (Ricoeur, 1989). Diz ele “a consciência da história eficiente contém em si mesma um elemento de distância” (Ricoeur, 1989, p. 106). O que se significa dizer que um sujeito pode reconhecer seu pertencimento à história e ao mesmo tempo, este pode se distanciar e encontrar novos horizontes. Essa forma de compreender ricoeuriana além de poder ajudar nas bases da psicologia, partindo de uma compreensão fenomenológico-hermenêutica, e também possibilita sua aplicabilidade.

Isso significa dizer, que o psicoterapeuta, no seu fazer clínico, pode trabalhar com o cliente, não de modo hermético ou a partir de normas ou teorias pré-concebidas, mas acolhendo seu relato e ajudando-o a alcançar novos significados para sua história. Como se afirmou, a vida de um indivíduo vai para além dos dados biológicos ou de aparentes evidências, mas abrange uma história de vida.

Para Ricoeur, dois conceitos importantes ajudam a compreender a questão da narrativa, a concordância e a discordância: o primeiro é a possibilidade de organização dos fatos ocorridos dentro de um enredo; e, o segundo diz respeito às reviravoltas, aos reveses, infortúnios e fortúnios, que ocorrem, ao longo de uma vida, no mundo da ação. É pelo processo de composição narrativa, configuração da história de vida em forma de relato, que a concordância e a discordância fazem sentido, operando a síntese do heterogêneo. “Com isso, tento explicar, as diversas mediações que o enredo opera (...) entre os componentes díspares de ação, intenções, causas e acasos e o encadeamento da história. (Ricoeur, 2014, p. 147). Pelo ato de narrar, fatores discordantes, ações díspares e intenções são encadeados, “organizados” em forma de composição. Elementos discordantes da ação passam a ganhar sentido e certa concordância na narrativa. Desta maneira, no conjunto da história narrada, é essa mesma história que ganha certa inteligibilidade e ordenação temporal.



Isso significa que a história contada se torna inteligível, pois adquire contornos e certo ordenamento ao ser relatada e, assim, permite ser apreciada tanto por aquele que narrou, como por aquele que escuta a história, podendo ganhar, a partir daí, novos contornos e novos significados. Desse modo, uma série de fragmentos dispersos de uma vida, uma vez ordenados de modo inteligível, tornam-se histórias, narrativas com significações, pois se conseguiu trazer à linguagem o que se experimentou e se experimenta no mundo da ação. O cliente, em sessões diante do psicoterapeuta traz os fragmentos dispersos de histórias vividas, sonhos, “cenas primordiais”, episódios conflitivos, o seu mundo vivenciado, o mundo da sua ação.

Nesta direção, o psicoterapeuta que sabe da importância do seu narrar e do narrar do outro, com suas catarses, pode, como mediador, permitir que o cliente possa extrair da sua própria história vivida uma história-narrativa aquilo que seria, ao mesmo tempo, mais suportável e mais inteligível (Ricoeur, 1991).

Fragmentos de uma vida, de que, muitas das vezes, nem se dá conta, e que, outras vezes, não têm nenhuma significação em um primeiro momento, quando trazidos à linguagem, como nas sessões terapêuticas, se tornam histórias articuladas com significação, pois, a partir do presente da ação, é possível ordenar e organizar o que se experimenta e vivência do mundo, articulando passado, presente e futuro.

Por isso, pode-se dizer, partindo de Pereira e Caldas (2017), que a narrativa, somada à orientação fenomenológica e existencial, acrescenta e enriquece a compreensão da condição humana; além disso, mostra meios, partindo da própria existência, e aponta para novas direções e novos modo de ver o homem, a clínica e o mundo. A perspectiva narrativa permite compreender o indivíduo tanto na sua personalidade, quanto na sua amplitude, seu modo de ser nos acontecimentos e sua relação com sua história e com os outros. Ela permite considerar seus comportamentos, sem, contudo, determiná-los dentro de padrões normativos.

Desta maneira, a narrativa permite compreender e identificar um indivíduo, sem um núcleo estável, como um indivíduo passível de transformação, ao longo do tempo, e com pertencimento social (Kublikowski e Macedo, 2019). Um indivíduo capaz de se transformar e, ao mesmo tempo, de se reconhecer enraizado em uma história de vida. A instabilidade não inviabiliza um tratamento, mas dá abertura para encontrar sempre novos horizontes na vida.

No entanto, para o que o ato de narrar ganhe sentido, seja compreendido e interpretado enquanto significação, é necessário que seja filtrado por visões de mundo, pois o mundo ofertado pelo indivíduo/cliente é ambíguo e necessita de um tradutor que o ajude a lhe conceber e lhe dar forma por meio da interpretação. É importante destacar que para Ricoeur (1989) quando um indivíduo narra acontece um discurso ou a chegada à linguagem de um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar a um outro. Diz ele: “não tem apenas um mundo, mas tem um outro, uma pessoa, um interlocutor ao qual ele se dirige; o acontecimento, (...) é o fenômeno temporal da troca, o estabelecimento do diálogo” (Ricoeur, 1989, p. 112). É no estabelecimento dessa forma dialogal que as traduções do mundo ofertado pelo cliente vão sendo ordenados e construindo o real ou a identidade de si mesmo. Primeiramente é um processo individual, pois é a experiência privado do indivíduo que vem à linguagem, mas é necessário, num segundo momento, ser socialmente legitimado pelas relações intersubjetivas. O si mesmo não se reconhece de forma imediata, voltado somente para seu próprio eu, mas pelo esforço e desejo de ser que dão testemunho a seu respeito (Ricoeur, 1977). Diz o filósofo: “a consciência não pode fazer sua própria exegese e não pode restaurar seu próprio império, é legítimo pensar que o outro pode explicá-la e ajudá-la a reconquistar-se;” (Ricoeur, 2009, 500). Note-se que, para Ricoeur, é necessário um duplo processo hermenêutico no ato de dizer do próprio mundo, de modo que o cliente se abre para comunicar sua experiência privada e, ao mesmo tempo, se abre para o outro possa compreendê-lo. Diz Ricoeur que “é precisamente o horizonte da perceptibilidade, esse reverso invisível do visível, que remete ao outro.” (Ricoeur, 1977, p. 311). É no horizonte da percepção, possibilitada pela situação dialogal, face a face, que outro pode descrever o invisível do visível, ou seja, o outro pode explicitar, através da linguagem, outros registros que vão além da representação dada pelo narrador/cliente, tonando possível a explicitação de outras dimensões do vivenciado. Como se afirmou, é aqui que a ambiguidade do mundo ofertado pode ganhar mais sentido e ser mais “objetivada”, pois é necessário que as narrativas passem pelo testemunho do outro, pelo tradutor/psicoterapeuta, para ganharem um pouco mais de sentido. Analogicamente, pode-se comparar o psicoterapeuta com um leitor que acompanha uma narrativa em forma de texto, pois, sem um “[...] leitor que a acompanhe, não há ato configurante em obra no texto; e sem leitor que se aproprie dele, não há nenhum mundo desdobrado diante do texto.” (Ricoeur, 2010c, p. 280). Nesta direção, sem um psicoterapeuta, que colabore no processo de inteligibilidade e ordenação temporal, o ato de narrar pode não ganhar todo sentido e significação que poderia ter; daí, a importância do psicoterapeuta para ajudar o cliente a sair das experiências mais “secundárias”, do mundo dado, para experiências mais originárias, “essenciais” ou que lhe fazem mais sentido, partindo da própria história e do contexto ao qual pertence. É na relação dialogal, face a face, que o mundo é expresso pela linguagem e dirigido a compreensão de um outro; logo, é aí que reconfiguração da vida pode ir acontecendo. As experiências vividas e sentidas, ao longo de uma vida, uma vez trazidas ao discurso pelo ato de narrar, podem ganhar novos contornos e novas ressignificações.

Enfim, pode-se afirmar que o caminho psicoterapêutico é um caminho de cuidado com a vida do outro e que não se pode fazer afirmações prévias, partindo de comportamentos pontuais ou a partir de alguns acontecimentos ou fatos; ao contrário, é necessária a escuta do vivido do outro, uma situação dialogal, face a face, para que a experiência de mundo privada se transforme em discurso e seja tanto compreendida pelo si mesmo, quanto aberta para compreensão do outro. Nesse sentido o outro/o psicoterapeuta não deve julgar, imediatamente, os relatos e, logo, concluir determinados comportamentos, mas, ao invés disso, deve acompanhar



as peripécias e as catarses do ato de narrar. Pode-se concluir que a narrativa é a possibilidade da construção da identidade e, ao mesmo tempo, da crítica, pois, pelo ato de narrar o horizonte da ação, as experiências vividas, ao se abrirem para a compreensão do outro, podem ser refiguradas pelo horizonte da expectativa. Para Ricoeur, pela reflexividade, é possível emancipar-se de heranças culturais do passado e se abrir para projeções futuras libertadoras (Ricoeur, 1989). É preciso lembrar que a reflexão é o esforço e o desejo de um si mesmo de se conhecer, perpassado pelo testemunho dos outros. É entre esses dois horizontes que o processo interpretativo vai acontecendo, ou seja, entre o cliente e o psicoterapeuta. Tanto o cliente, quanto o psicoterapeuta podem ir crescendo, conforme a situação dialogal vai se desenrolando em forma de discurso pelo ato de narrar. Nesse sentido, a reflexão sobre a narrativa ricoeuriana pode contribuir com a psicologia, pois ela não se baseia em horizontes fechados ou deterministas, mas nas várias possibilidades de uma história de vida.

Considerações Finais

O presente artigo procurou colocar em questão as bases epistemológicas assentadas na psicologia da evidência. Foi possível acompanhar que a psicologia, na busca de validação e legitimação como ciência, se fundamenta em bases epistemológicas das ciências naturais. Conseqüentemente, as psicologias baseadas na evidência, pautam suas análises no princípio de causalidade ou nas relações de causa e efeito, como as ciências da natureza.

Tais pressupostos epistemológicos, baseados nas ciências natureza, não conseguem dar conta de cada indivíduo, limitando-se aos fatos, ao invés de aprofundarem nos atos. Isso evidencia que as psicologias, buscando validade e previsibilidade, tendem a reduzir a subjetividade e o comportamento humano a relações de efeito e causa.

No entanto, como foi refletido, vive-se em tempos de grandes transformações e novos paradigmas em todas as áreas do saber. Neste sentido, a psicologia é desafiada a ir para além das perspectivas normativas e previsíveis, buscando novos caminhos para seus próprios pressupostos. É neste horizonte que a questão da identidade narrativa relacionada com a identidade pessoal, em Paul Ricoeur, com sua epistemologia fenomenológico-hermenêutica, possibilita compreender um indivíduo para além dos dados biológicos, comportamentais e sem determinações. Para ele, o conhecimento de um indivíduo não se dá de forma imediata e nem só em uma análise do seu comportamento, mas pelo conjunto de relações estabelecidas ao longo de uma vida, uma relação entre ipseidade e mesmidade em um sujeito capaz de falar, agir e narrar. Assim, para se conhecer alguém, é necessário que a situação dialogal acontece, o face a face, onde o privado torna se público podendo ser compreendido por si mesmo e pelo outro.

Pelo ato de narrar é possível enriquecer a compreensão da condição humano para além da relação efeito e causa. Narrar possibilita vários possíveis, caminhos para a existência daquele que narra. A narrativa, por conseguir realizar síntese de fragmentos dispersos de uma história, proporciona àquele que narra novos modos de ver a si mesmo e os outros. Ela também permite enxergar o *setting* – o lugar – terapêutico de forma mais humana, onde o psicoterapeuta e o cliente crescem de maneira gradual pela relação dialógica e de escuta. É nesta direção que a questão narrativa, em Paul Ricoeur, pode contribuir na aplicabilidade da psicologia.

Como se afirmou, o filósofo, partindo de uma compreensão fenomenológico-hermenêutica, entende que nenhum indivíduo se encontra pronto e acabado, mas pode ir para além de si, se construindo nas relações com os outros e com as obras da cultura. Dessa forma, é possível dizer que o comportamento de um indivíduo está, constantemente, sujeito a mudanças, o que não significa que não possa ir se conhecendo ao longo da história e nas relações com os outros. O indivíduo se conhece não pelos seus comportamentos externos ou de forma imediata pela própria percepção, mas pela sua história de vida, que pode ser narrada por si mesmo e compreendida e interpretada pelo outro. Será entre sua história de vida, suas experiências vividas – horizonte do passado – que novas possibilidades podem ser projetadas para esse mesmo indivíduo – horizonte das expectativas – ao se abrir para a compreensão do outro, do psicoterapeuta.

Enfim, uma psicologia que não se propõe a entrar nos novos paradigmas das ciências, tende a permanecer nos horizontes do pensamento moderno, que tem sua riqueza com o desenvolvimento dos métodos, a unidade sistemática, mas enraizada em especializações setorializadas, o que as empobrece. Nesse sentido, elas poderiam ter um trabalho mais profícuo e colaborativo, através de um horizonte mais aberto, proporcionado pela compreensão da narrativa. Daí o porquê de se levar em consideração identidade narrativa como base epistemológica para a psicoterapia, na medida em que ela se apresenta como um caminho de compreensão para a diversidade e a complexidade das relações humanas e sociais dos tempos atuais.

Referências

- Dalal, F. (2018). *CBT: the cognitive behavioural tsunami: managerialism, politics, and the corruptions of science*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.



- Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, v.13, n.1 p.25-33.
- Gagnebin, J.M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: editora 34.
- Heidegger, M. (2015). *Ser e Tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jaspers, K. (1987). *Psicopatologia Geral: Psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia* (Vol. 1). São Paulo: Atheneu.
- Husserl, E. (2006). *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: Introdução à fenomenologia pura*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Husserl, E. (2010). *Meditações Cartesianas, Conferências de Paris*. Lisboa: Phainomenon.
- Kant, I. (2012). *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Vozes/Bragança Paulista: Editora universitária São Francisco.
- Kublikowski, I. (2004) *A identidade narrativa; o sujeito produzido/ produtor de si*. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 11-30.
- Kublikowski, I. e Macedo, R. M. S. (2019). A perspectiva Sistêmica em Psicologia Clínica e as Abordagens narrativas. In Ida Kublikowski, Edna M. S. P. Kahale & Rosa Maria Tosta (Orgs). *Pesquisas em Psicologia clínica: contextos e desafios* (p. 133-154). São Paulo: EDUC.
- Kuhn, T. S. (1975). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva.
- Neubern, M. S. (2001). Três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia clínica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (1), 241–252. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100020>
- Pereira, L. F. F. e Caldas, M. T. (2017). Caminhos e descaminhos da fala na clínica psicológica: uma perspectiva fenomenológica existencial. In: *Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Ricoeur, P. (1977). *Da interpretação – ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Ricoeur, P. (1978). *O conflito das Interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ricoeur, P. (1989). *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica*. Porto-Portugal: Rés-editora.
- Ricoeur, P. (1991). *Narrative and Interpretation*. London and New York: Routledge.
- Ricoeur, P. (2009). *Philosophie de la volonté – Le Volontaire et L’Involontaire*. Paris : Points.
- Ricoeur, P. (2010a). *Escritos e conferências – em torno da psicanálise I*. São Paulo: Loyola.
- Ricoeur, P. (2010b). *Tempo e Narrativa : 1. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo : wmf martinsfontes.
- Ricoeur, P. (2010c). *Tempo e narrativa: 3 – O tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ricoeur, P. (2014). *O si mesmo como outro*. São Paulo: wmf martinsfontes.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil.
- Santos, B. de S. (2006). *Um discurso sobre as ciências*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Sapienza, B. T. (2015). *Encontro com a Daseinsanalyse: A obra Ser e Tempo, de Heidegger, como fundamento da terapia daseinsanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo*. 10. ed. São Paulo: Cultrix.
- Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus.
- Watson, J. B. (2008). A psicologia como o behaviorista a vê. *Temas em Psicologia*, v.16, n.2, 289-301.